

O Brasil no mundo

Por que o Brasil não tem política exterior?

O Brasil não tem política exterior. Em vez dela, tem uma prática minúscula e malograda de negociações comerciais. Mas o Brasil precisa ter política exterior. Estão se reunindo as condições para criá-la.

Os defensores da redução da política exterior a negociações comerciais afundaram num pragmatismo antipragmático. Prometeram resultados e entregaram frustrações. A única iniciativa forte da diplomacia brasileira, o Mercosul, agoniza e só ressurgirá se for reconstruída radicalmente.

A razão básica pela qual não temos política externa é que não temos projeto interno, a não ser um projeto que resultou no enfraquecimento progressivo da nossa afirmação nacional e que inibiu o dinamismo extraordinário da nossa economia. Mas o descalabro tem outras causas também.

Satisfeitas em ter um presidente apresentável em salões e seminários, as elites brasileiras esqueceram que política exterior é um ramo da política, não da indústria de entretenimento. Encobertos pelo nevoeiro retórico da "diplomacia presidencial" e sem balizamento numa discussão nacional da nossa posição no mundo, nossos diplomatas tomaram conta da política externa. Não souberam, porém, o que fazer, a não ser regatear, sem rumo nem força, um pouco mais de vantagem comercial aqui e acolá. Ficaram paralisados e confundidos pelo medo dos Estados Unidos.

A perversão das práticas convergiu com o desvio das idéias. Rio Branco fundou a tradição da nossa política exterior sobre certos princípios elementares: que a política predomina sobre a economia; que a defesa da nossa soberania tem por objetivo criar condições para o desenvolvimento de uma experiência nacional própria; que essa defesa se consubstancia tanto no resguardo de um espaço sul-americano quanto na construção mundial de um pluralismo que se contraponha a hegemonias; que o Brasil precisa reconhecer na sua política exterior sua personalidade moral e que nosso engrandecimento é inseparável da nossa generosidade. Esses compromissos foram sacrificados a um realismo que se revelou falso e contraproducente.

O Brasil no mundo

Quatro tarefas (a discutir) devem nortear uma nova política exterior que encarne hoje esses princípios. A primeira tarefa é trabalhar pela construção de instituições que definam uma ordem política e econômica multilateral capaz de lidar com o fato do poderio americano. E que abram caminho para uma diversidade de trajetórias de desenvolvimento. É obra que exige entendimentos arrojados com alguns dos outros grandes países continentais, sobretudo a China e a Índia, com a União Européia e com nossos aliados potenciais dentro dos Estados Unidos. Nenhum país está mais bem posicionado do que o Brasil para liderar iniciativas nesse sentido. A segunda tarefa é aproveitar as contradições da economia global, buscando acordos e parcerias não só com Estados e blocos regionais mas também com empresas. E ampliar nossa margem de manobra por meio da multiplicação dos vínculos em vez de nos refugiarmos no isolamento. A terceira tarefa é começar a refazer nossa situação na América do Sul através dos empreendimentos comuns e das instituições comuns que faltaram ao Mercosul. A quarta tarefa é cumprir nossa obrigação sagrada para com a África sofredora, ajudando o Brasil, desse modo, a reconciliar-se consigo mesmo e a ganhar a energia dos magnânimos.

Depois do terror

O ataque terrorista contra os Estados Unidos produziu quatro consequências para o mundo e para nós, brasileiros. Com uma política interna centrada na abdicação de qualquer estratégia nacional de desenvolvimento, a não ser o esforço contraproducente de agradar aos mercados financeiros, e uma política exterior reduzida a dimensões anãs, estamos mal preparados para lidar com elas.

O primeiro efeito é econômico. Agravada a perspectiva de recessão no mundo, o sistema financeiro internacional se prepara para castigar os que foram mais submissos a seus interesses e preconceitos. Entre as vítimas anunciadas, sobressai o Brasil. Nosso governo parece resignado a sacrificar o crescimento para evitar o colapso das contas externas. Não resolverá, com isso, o problema; apenas empobrecerá o país, sujeitando-nos, de quebra, à possibilidade de ter de impor medidas emergenciais de proteção das nossas reservas. Continuaremos, porém, a viver de crise a crise até aprendermos a mobilizar a poupança de longo prazo para

O Brasil no mundo

o investimento de longo prazo e a superar a escolha entre um governo que nada faz pela produção e um governo que se rende a clientelas.

A segunda consequência se manifesta na vida internacional. A expectativa do revide ao ataque terrorista trouxe à tona a dificuldade de reconciliar a hegemonia americana com o multilateralismo. Uma corrente poderosa de opinião nos Estados Unidos e nos círculos governantes americanos quer ver o país escapar do fardo imperial e da posição de xerife sem isolar-se do mundo. Não sabe como. A ONU está carcomida, enquanto o eixo G7-Otan funciona como veículo dos Estados Unidos e de seus aliados ricos. Só uma ação consistente e conjunta dos países continentais marginalizados (entre os quais o Brasil), trabalhando em parceria com os internacionalistas americanos e com a Comunidade Européia, pode construir os instrumentos institucionais de nova ordem mundial. Uma ordem mais propícia ao pluralismo de centros de poder, de trajetórias de desenvolvimento e de experiências de civilização.

O terceiro efeito tem a ver com as Américas. A guerra, sobretudo nas condições atuais, é reino de surpresas e paradoxos. Por mais bem-sucedidos que forem os Estados Unidos em sua reação militar ao terror, alguns dos frutos da vitória lhes serão amargos. Por uma lei profunda da política e da psicologia deles, procurarão compensar a amargura com um movimento em sentido contrário, potencialmente generoso, no hemisfério ocidental. Não estamos prontos para aproveitar essa iniciativa de maneira que atenda a nossos interesses e a nossos ideais. Tanto os que resistem no Brasil às propostas americanas a respeito de temas como a Alca quanto os que se apressam a aceitá-las estão desnorteados pelo medo dos Estados Unidos. Falta a ambos os grupos uma visão arrojada do que se pode construir.

A quarta consequência se dá no plano intangível das realidades morais. No Brasil sentimos na carne as injustiças que campeiam no mundo. Não nos conformamos, porém, com os ódios e as guerras que elas ajudam a provocar; não há país menos disposto a confundir sede de justiça com ódio ou vitalidade com beligerância. Temos, portanto, uma tarefa a desempenhar entre as nações. Seu cumprimento é inseparável da construção do nosso destino nacional. É hora de trazer a política exterior para o centro do debate brasileiro.

O Brasil no mundo

A Índia interroga o Brasil

Uma semana na Índia, a convite da Confederação Indiana da Indústria, para debater, com empresários, políticos, acadêmicos e militantes comunitários, as alternativas daquele país, revela uma realidade rica de significado para nós. Primeiro, porque precisamos da Índia como nossa aliada na tentativa de mudar os rumos da globalização. Segundo, porque é uma sociedade que, apesar das diferenças enormes de condição e cultura, compartilha conosco ansiedades e tarefas.

A Índia é a democracia mais populosa do mundo, com um bilhão de habitantes e a expectativa de igualar, dentro de uma geração, a população da China. Democracia de fato, já que o poder, tanto político quanto espiritual, é contestado em cada aldeia e quarteirão.

De três áreas da vida do país surgem três ordens de provocação ao Brasil.

Primeiro, o projeto oficial. Em 1991, o governo da Índia aderiu à doutrina do caminho único, de Washington e de Wall Street. Suavizou a adesão com concessões aos interesses organizados, de gente cima e da gente de baixo, e homenagens ao nacionalismo religioso e cultural. A economia crescia a 5%, insuficientes para gerar os empregos necessários, e a dívida externa ameaçava uma crise no balanço de pagamentos.

E agora, depois da conversão, ainda que ambivalente, ao neoliberalismo? O crescimento continua próximo aos mesmos 5%. O endividamento externo (em que o Brasil é campeão) foi substituído pelo endividamento interno. Em vez da perspectiva de uma crise decisiva nas contas externas, um lento declive para a mediocridade. Os guardiões da ortodoxia econômica reclamam que não se radicalizaram as "reformas". Esse diagnóstico, porém, vem perdendo o poder de convencer tanto quem governa quanto quem produz.

Segundo, as empresas. As qualidades e os defeitos da produção indiana são os inversos dos que marcam nossa realidade produtiva. Há fraqueza nas atividades tradicionais da grande indústria -- justamente aquelas que o Estado havia durante

O Brasil no mundo

anos tentado consolidar -- e fecundidade no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, tanto os requintados, para os endinheirados e a exportação, quanto os simplificados, para os trabalhadores das cidades e do campo. Só que em meio a tremenda confusão. Falta o caminho de uma forma de colaboração entre o poder público e a iniciativa privada que ajude a fortalecer capacidades, a cortar custos e a ganhar escala, sem suprimir a concorrência.

Terceriro, a maioria trabalhadora. 90% da população continua relegada à economia informal, ela também em ebulição, cheia de vigor, porém carente de instrumentos de acesso aos mercados, ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento. Há muitas experiências bem sucedidas de qualificação e dinamização de fragmentos dessa economia popular, empreendidas por governos locais e movimentos comunitários. Todas, porém, insuficientes para resolver o problema da escala da transformação exigida. Tudo depende de um novo estilo, não dirigista ou clientelista, de parceria entre o Estado e as populações pobres.

Conhecem outro país com problemas semelhantes, em dimensão menor? Acordemos, concidadãos. Há uma obra a realizar em todo o mundo. O Brasil só se levantará se participar dela. Tratemos de globalizar a nosso modo.

O Brasil e os Estados Unidos

Quando o Brasil deixou de ter política exterior, ficou, no lugar dela, com a prática das negociações comerciais e com o medo dos Estados Unidos. Combinação desastrosa. O que convém não é medo: é estratégia de reposicionamento no mundo, que exprima e consolide projeto nacional de desenvolvimento.

A situação dos entendimentos em torno da Alca revela o paradoxo. Enquanto continuarmos a conduzir nossa relação com os Estados Unidos dentro dos limites de um mercantilismo pontual e despolitizado, todas as soluções serão ruins. Ruim render-nos ao tipo de acordo prefigurado pelas restrições que o Congresso americano impôs às negociações. E ruim ficarmos sozinhos, abraçados a vizinhos que não nos acompanharão numa fuga ao isolamento sul-americano.

O Brasil no mundo

A insistência em negociar duramente não bastará para resolver o problema; Estados não são empresas. A solução está em ação política e diplomática que, fundada em novo projeto brasileiro, comece a mudar as premissas da nossa relação com os Estados Unidos.

Primeiro: buscar aliados dentro dos Estados Unidos que ajudem a reorientar a agenda americana com respeito à Alca e ao Brasil. Maior abertura às nossas exportações depende de acordos com as empresas numerosas e com os muitos Estados americanos que exportam ou querem exportar para nós. Ou que possam colaborar em nossa capacitação tecnológica. Sem tais alianças não derrubaremos barreiras a nossas exportações nem aproveitaremos o potencial do relacionamento com a economia americana.

Segundo: trazer à tona a empatia imensa e suprimida que os americanos nutrem pelo Brasil. Entre esses dois países tão diferentes e tão parecidos, em que a fé no possível esbarra na muralha da desigualdade, há base para parceria que ultrapasse a esfera dos governos e os interesses do dinheiro. Que engaje a sociedade americana em nosso trabalho de redenção social. E que insista, como na União Européia, em vincular mais comércio com maior igualdade. Não podemos calar a voz do egoísmo comercial. Não precisamos deixar que ela fale sozinha.

Terceiro: compreender que só seremos levados a sério pelos Estados Unidos quando começarmos a atuar seriamente no mundo. A lógica da nossa situação nos exige aproximação econômica, tecnológica e política com os outros grandes países continentais periféricos, sobretudo a China, a Índia e a Rússia. É o Brasil hoje o país com melhores condições para construir cadeia de entendimentos que una esses países. Que crie contrapeso ao unilateralismo americano. E que amplie oportunidades para trajetórias alternativas de desenvolvimento.

O êxito do pequeno comercialismo depende da sorte da grande política: não realizaremos o primeiro desses três conjuntos de objetivos sem avançar também nos outros dois. Entre o segundo e o terceiro, porém, há tensão. Ao atuar como catalisadores de uma aproximação entre os países continentais em desenvolvimento, criando contrapeso ao poderio dos Estados Unidos, nós nos arriscamos a arriscamos amedrontar o governo americano e afastar a sociedade americana.

O Brasil no mundo

Daí a delicadeza dessa empreitada, inseparável de nossa afirmação nacional. E digna, pela multiplicidade de seus elementos e pela vastidão do terreno em que se terá de desdobrar, de um Bismarck. Na relação com os Estados Unidos, somos, de longe, os mais fracos. Teremos de ser, de longe, os mais clarividentes.

O Brasil e o mundo

A reorientação do Brasil depende de seu reposicionamento entre as nações. O Brasil quer e espera um governo das forças progressistas -- não um governo sectário de esquerda, nem um governo de união geral -- em diálogo com todas as vertentes da sociedade brasileira, com a participação dos empresários, dedicado a uma tarefa: retomar o desenvolvimento, com base na redistribuição da renda e na democratização das oportunidades. Uma nova política exterior brasileira não será apenas a expressão desse projeto. Será também uma de suas condições.

Política exterior é política, não simples prática de negociações comerciais, que é sempre insuficiente para atingir mesmo os objetivos econômicos mais estreitos. Ajuda a compor o romance do futuro nacional: uma idéia do país e de seu futuro. Dá, dessa maneira, sentido aos grandes sacrifícios por que ainda passará o povo brasileiro.

A primeira diretriz da política exterior de que precisa o país é reconstruir nossa relação com os Estados Unidos, hoje fundada no medo. O mundo arrisca viver agora momento de radicalização sanguinária da hegemonia americana. Por uma lei das compensações que governam seu espirito, os americanos estarão, depois desse episódio, mais abertos a iniciativas generosas. Ao aprofundar nossas alianças dentro dos Estados Unidos, temos de ampliar o âmbito das negociações a respeito da Alca. A chave é ir além do troca-troca comercial. Trabalhemos para que a extensão do livre comércio no hemisfério preserve a possibilidade de parcerias estratégicas entre governos e empresas e institua meios para atenuar as desigualdades nacionais, tal como na União Européia.

A segunda diretriz é liderar os outros países continentais periféricos -- a começar pela China e pela Índia -- em movimento de defesa de nossos interesses

O Brasil no mundo

comuns. O interesse comum básico é abrir a ordem mundial a maior diversidade de estratégias de desenvolvimento. Para isso, é preciso construir acordos que reconciliem os interesses vitais de segurança dos Estados Unidos com o desejo universal de rejeitar hegemonias políticas e ideológicas. E insistir em organização do comércio mundial que facilite alternativas de desenvolvimento em vez de sacrificá-las aos dogmas interesseiros de um livre comércio seletivo -- livre para os produtos e para o dinheiro, não para as pessoas.

A terceira diretriz é desenvolver ação humanitária de grande porte na África. A África vive calamidade, com o colapso de Estados, a epidemia da Aids e a proliferação da fome. Socorramos a África, distribuindo remédios e engajando em massa nossos jovens e nossos médicos. A iniciativa ecoará em toda a parte, trazendo à tona o melhor da humanidade. E nos ajudará a abraçar o legado africano dentro do Brasil.

A quarta diretriz é voltar a construir o espaço sul-americano, dentro e fora do Mercosul. Não há o que fazer a curto prazo, a não ser defender com vigor os interesses da Argentina. O que mudará o quadro é o lançamento de novo modelo de desenvolvimento brasileiro. Com isso, poderemos avançar na integração da América do Sul, com base em instituições comuns e em estratégia compartilhada de crescimento econômico. É por falta desses requisitos que o Mercosul fraqueja diante dos traumas.

Política exterior é interesse e visão. Não é o mundo que nos impede de praticar política exterior como a que esbocei. É a falta de ação clarividente e audaciosa que sirva a nosso desejo inconformado de construção nacional.

Espaço para o Brasil mudar

Três idéias de política exterior ainda dominam o debate brasileiro. Cada uma, embora contenha verdades, está viciada por ilusões. Não basta misturar as três idéias para corrigir seus defeitos. Temos de traçar outra orientação.

A idéia da adaptação estratégica à preponderância americana parte de

O Brasil no mundo

premissa incontestável. Os Estados Unidos afirmam hegemonia no hemisfério ocidental ao mesmo tempo que lutam para evitar que qualquer país se torne dominante em outra região e exerça, à partir dessa base, influência universal. Desde o tempo do Presidente Wilson, associam seus interesses nacionais a uma espécie de abertura, hoje chamada globalização, que convenha a eles e seja por eles comandada. Resta-nos, segundo esse entendimento, ganhar tempo à sombra dos americanos, consolidando nossa liderança na América do Sul e defendendo nossos interesses comerciais mundo afora. Revela falta de imaginação das oportunidades de nossa situação esse enfoque fatalista e simplificador.

A idéia da primazia das negociações comerciais identifica na defesa agressiva das nossas exportações, a tarefa prioritária da política exterior. Sofre de dois erros: a ilusão de que podemos usar as exportações para fazer o que não fazemos pela reativação da economia interna e a ilusão de que um Estado pode funcionar como empresa. Nossos pleitos comerciais só prosperarão quando vinculados a estratégias políticas que nos reforcem of poder de barganha e de influência.

A idéia do confronto terceira-mundista reage contra as duas outras idéias, procurando filiar o Brasil a um movimento das nações mais pobres contra a ordem imposta pelas mais ricas. A versão mais recente dessa idéia é o plano de unir os países continentais periféricos. Não avança porque esses países concorrem entre si por benefícios que as potências centrais controlam.

O ponto nevrálgico da política exterior que convém hoje ao Brasil está em duplo movimento. De um lado, mudar os termos da nossa relação com os Estados Unidos. Buscar na economia e na política americana aliados para a ampliação do livre comércio. E construir os meios para complementar a integração econômica com mecanismos de diminuição das desigualdades dentro dos países do hemisfério e entre eles. Subestimamos as oportunidades que as contradições da sociedade americana oferecem para tais propostas. De outro lado, engajar em iniciativas econômicas e políticas comuns nossos parceiros na América do Sul, na União Européia e entre os grandes países em desenvolvimento. A maneira de engajá-los é aproveitar os conflitos entre seus interesses e a forma atual da globalização econômica e política. Em vez de planos abrangentes, ofereçamos iniciativas pontuais e acordos específicos que ajudem a fortalecer e a organizar o pluralismo

O Brasil no mundo

de poder e de visão no mundo. Difícil e necessário é reconciliar as duas partes desse projeto: uma de aproximação aos Estados Unidos, a outra de contribuição aos entendimentos que pouco a pouco transformem a nossa favor a globalização que eles lideram.

Para executar essa operação, precisamos de atos arrojados mais do que de palavras bonitas. Já contamos com surpreendente grau de coesão nacional, com o reconhecimento de que o Brasil precisa reposicionar-se no mundo para poder mudar e com grandes talentos entre nossos diplomatas. Agora só nos faltam uma concepção clara de como atuar entre as nações e a determinação de traduzi-la em renovação profunda dos objetivos e dos métodos da política exterior.

Africa salva

O Brasil tem o dever de socorrer a Africa: dever sagrado, dever a ser cumprido a despeito das reivindicações urgentes de nosso povo, dever cujo cumprimento nos ajudará a consertar o Brasil.

Desenrola-se na Africa uma das maiores catástrofes da história: combinação venenosa de aids, de fome, de desagregação de famílias e de colapso de Estados. Estima-se que 75% dos infectados pelo vírus da aids no mundo estão na Africa ao sul do Saara. Alí, onde 80 milhões de pessoas estão também ameaçadas de morrer de fome, 10% da população está infectada. Já em Botswana, por exemplo, os infectados sobem a 39% e, entre mulheres de 25 a 29 anos, a 52%. Abatendo-se sobre as mulheres, a calamidade destrutura famílias. Produz órfãos aos milhões. Em alguns países africanos, a expectativa de vida já caiu abaixo dos 40 anos. Estados afundam num pântano de incapacidades. Entretanto, em toda a Africa não há uma única pessoa que esteja sob tratamento custeado pelos governos dos países ricos.

O Brasil é uma das duas principais sociedades escravocratas da história moderna. Nossa nação foi feita com o suor e com o sangue dos escravos africanos. A Africa somos nós, ainda que continuemos alienados de nós mesmos. Que dureza de coração ou que incapacidade de imaginar o sofrimento alheio, nessa nossa cultura sentimental e cínica, explica nossa criminosa indiferença?

O Brasil no mundo

Dizer que temos entre nós famintos e doentes que devemos socorrer antes de ajudar os africanos é vestir o malogro ético com a confusão conceitual. A cooperação a serviço da compaixão não é gastança de um fundo fixo de dinheiro. É aprendizado de uma capacidade coletiva indispensável à solução dos nossos próprios problemas. Mesmo porque o Brasil pode fazer na Africa muito com pouco. Já temos programas exemplares de prevenção e de tratamento da Aids. Por que não enviar à Africa equipes médicas e sociais? Por que não persistir no confronto com as multinacionais da indústria farmacêutica para disponibilizar aos africanos os remédios que disponibilizamos no Brasil? Por que não organizar, para nossa juventude universitária, serviço social que recrute os jovens que deixem de prestar o serviço militar e que engaje alguns deles nessa missão africana? Por que não mobilizar esses jovens para trabalhar em parcerias de educação, de prevenção e de assistência social, como aquelas que já ensaiamos no Malawi? Por que não bater às portas não só dos governos ricos mas também das fundações ricas e das pessoas ricas em todo o mundo para financiar esse esforço?

Será o cumprimento de obrigação elementar de justiça. Abrirá caminho para abraçar o legado africano dentro do Brasil, aceitando e construindo nossa identidade nacional. Aproximar-nos-á dos Estados Unidos, nosso comparsa na escravatura, de maneira mais íntima do que qualquer negociação comercial. Fortalecerá nossa capacidade de atuar em prol do social dentro do Brasil, revelando respostas desconhecidas aos nossos problemas. Ajudará a transformar nossos corações de pedra em corações de carne. Acima de tudo, dar-nos-á idéia engracedora de nós mesmos. Ao levantar de nossos ombros o peso de um crime, cobrir-nos-á de glória aos olhos da humanidade.

É menos por ser cruel do que por sentir-se pequeno que o Brasil não socorre a Africa. Enquanto sentir-se pequeno, jamais será livre, justo ou próspero. Começando por ser magnânimo, acabará por ser e por sentir-se grande. Que a grandeza do Brasil tenha início em atos surpreendentes de compaixão.

O Brasil no mundo

Da guerra ao pluralismo

A iminência da guerra deve levar o Brasil a redefinir a natureza da ordem mundial por que luta. Para desbravar caminho próprio, precisamos de mundo mais aberto a experimentos e a alternativas. É objetivo que não podemos promover pelo esforço contraproducente de afirmar hegemonia branca dentro da América do Sul nem pela redução da política exterior a negociações comerciais. A globalização que nos convém passa por três mudanças inseparáveis.

Em primeiro lugar, reconstrução do regime global de comércio. Inútil ficar repetindo pleitos pontuais, como o fim do protecionismo agrícola, que dividem mesmo os países em desenvolvimento, se não nos soubermos guiar por uma idéia da reforma do sistema. Em vez de dar primazia exclusiva à expansão do livre comércio, o regime deve abrir a economia mundial de uma maneira que respeite e estimule a divergência entre estratégias nacionais de desenvolvimento. Em vez de impor uma única espécie de economia de mercado, e de inibir, em nome dela, a ação do Estado, deve adotar normas (a respeito de subsídios, por exemplo) que facilitem parcerias entre governos e produtores, sobretudo quando destinadas a democratizar o acesso às oportunidades produtivas. Em vez de autorizar o capital a correr mundo, mas aprisionar o trabalho dentro do Estado-nação, deve permitir que o capital e o trabalho ganhem juntos, em pequenos passos gradativos, o direito de atravessar fronteiras nacionais.

Em segundo lugar, reorientação das organizações multilaterais como o FMI. Não há por que deixar que sirvam de agentes de projeto único e de interesses estreitos. Quando exercem responsabilidades universais, devem gozar de poderes mínimos. Nada de trocar empréstimos de curto prazo por rendições de longo prazo. Quando se engajam, em profundidade, no apoio financeiro e técnico a trajetórias específicas de desenvolvimento, têm de ser pluralistas. Ou se dividem em entidades múltiplas e concorrentes, ou passam a abrigar equipes autônomas, imbuídas de ideários contrastantes e à disposição de rumos diferentes.

Em terceiro lugar, contenção da hegemonia americana. Os acontecimentos atuais revelam os elementos da solução. Ao insistir na guerra, os Estados Unidos

O Brasil no mundo

produzem o que quiseram evitar: a construção pelas potências médias de entendimentos capazes de criar contrapeso à hegemonia. Cabe a essas potências menores co-garantir os interesses vitais de segurança dos Estados Unidos. Precisam, também, contudo, construir limites à predominância americana. Quando os americanos atuarem de acordo com entendimento de suas necessidades de segurança que as potências médias rejeitarem, pagarão eles o preço de estimular, da parte desses países, convergência que vira contrapeso. Esse mecanismo de equilíbrio exemplifica a tradição de Bismarck, não a de Metternich ou a de Wilson. Trabalha, porém, a serviço do experimentalismo democrático em escala global.

Nenhum país tem maior margem de manobra do que o Brasil para atuar em prol de reorganização mundial favorável a um pluralismo de poder e de visão. Nossos parceiros potenciais são a União Européia, os outros países continentais em desenvolvimento e os internacionalistas dentro dos Estados Unidos. O que falta para podermos tomar a iniciativa? Um projeto interno vibrante e a confiança em nossa capacidade de reconciliar a defesa dos interesses brasileiros com uma causa libertadora da humanidade.

O Brasil depois do Iraque

Se há tradição que devemos repudiar é a de nos submeter, na política econômica, aos interesses dominantes, usar a política social como açúcar e reduzir a política exterior à combinação de negociações comerciais com lamentações -- confusas e impotentes -- contra as injustiças do mundo. Tenhamos a coragem de enfrentar a realidade e a clareza para produzir resposta libertadora. Ficar na denúncia do unilateralismo americano, deleitando-nos com seus reveses ocasionais, não levará a resultado que preste.

O controle do globo pelos Estados Unidos é mais do que intolerável; é irrealista. Não é aceitável que os Estados Unidos e seus aliados decidam por conta própria os limites da soberania dos outros estados e imponham sua vontade em nome de doutrina revolucionária de guerra preventiva. Se a humanidade tiver de optar entre escravizar-se a um império e rebelar-se, por meio da guerra, contra ele, acabará por escolher a guerra. Armar-se-á até estar pronta a enfrentar as autoridades imperiais.

O Brasil no mundo

Entretanto, pluralismo irrestrito que permita a existência de tiranias agressivas como a de Saddam Hussein é, além de ruim, impraticável. Ruim, porque o objetivo a perseguir é o de um mundo de democracias, que desenvolva o potencial humano em direções múltiplas, à base do respeito de cada governo a seus próprios cidadãos. Impraticável, porque a predominância dos Estados Unidos, e sua recusa em permitir o fortalecimento das ameaças armadas, são fatos que temos de reconhecer se quisermos reconstruir a ordem global.

A defesa das Nações Unidas faz parte da solução, mas apenas parte. Nas mãos dos vitoriosos de uma guerra terminada há mais de cinquenta anos, a ONU sempre oscilou entre o impasse e a subordinação aos Estados Unidos.

A outra e mais importante parte da solução é construção diplomática, fora da ONU, porém capaz, em etapa posterior, de reencontrar-se com ela. As potências médias -- a União Européia e os países continentais (China, Rússia, Índia, Brasil) - - co-garantiriam os interesses vitais de segurança dos Estados Unidos. Cada vez que os Estados Unidos insistissem, como estão insistindo agora, em atuar de acordo com entendimento desses interesses não compartilhado por essa convergência equilibradora, pagariam um preço: levar tal convergência a nível ainda mais alto de organização e de armamento. Mesmo que não mantivesse unidade completa, essa junção de países forjaria, aos poucos, meios políticos, econômicos e militares para oferecer contrapeso ao poderio dos Estados Unidos. Um dos resultados seria criar condições para exigir que o regime internacional de comércio passasse a favorecer a convivência de trajetórias alternativas de desenvolvimento em vez de impor modelo único.

Há quatro requisitos para que o Brasil possa contribuir a essa reconstrução da ordem mundial, exigida pela afirmação de nossos maiores interesses nacionais. O primeiro é que mantenha mãos limpas, abandonando a defesa de ditaduras como a de Fidel Castro. O segundo é que se arme: para ser levado a sério, deve reequipar e reorganizar suas Forças Armadas. O terceiro é que pare de resvalar em política interna de abdicação nacional. O quarto -- e o mais importante -- é que aprenda a confiar em sua própria grandeza e substitua a lamúria pela ação.

O Brasil no mundo

Por que a Alca seria nociva ao Brasil

Aderir à Alca seria o maior erro de nossa história nacional. Para optar por rejeitá-la, não precisamos regredir ao protecionismo semi-autárquico. Basta abriremos as cabeças para as preocupações estratégicas que norteiam a nova teoria do comércio internacional e abriremos os olhos para as experiências de nossos vizinhos.

As vantagens comparativas entre as nações não são naturais ou eternas. Resultam da ação, especialmente quando acertadas entre empresas e governos. Para melhorar de lugar na divisão internacional do trabalho, um país tem de consolidar conjuntos de capacidades e de empreendimentos que se reforcem a ponto de fincar raízes. Raízes que resistam ao oportunismo dos mercados internacionais. Ao mesmo tempo, e sobretudo nos setores em que é mais difícil evitar o surgimento constante de novos concorrentes no mundo, tem de fazer a travessia da eficiência baseada em trabalho barato para a eficiência fundada em trabalho mais produtivo.

O livre comércio tende a ser mais vantajoso ou entre economias com níveis de produtividade semelhantes ou entre países tão desiguais -- os mais ricos e os mais pobres -- que as benefícios da especialização e da emulação predominem sobre os prejuízos da inibição. Os perigos do livre comércio são maiores quando um dos parceiros tem perspectiva de galgar os degraus que lhe permitam comerciar em condições relativamente equânimes com o outro. Esse é nosso caso em relação aos Estados Unidos.

A discussão brasileira a respeito da Alca se trava como se a presunção a favor do livre comércio absoluto estivesse sendo revertida pelo caráter leonino das propostas dos Estados Unidos. A verdade é que a presunção contra o livre comércio entre duas economias como essas duas só se reverteria por meio de concessões extraordinárias da mais forte à mais fraca -- concessões ainda maiores do que aquelas empregadas para construir a União Européia.

A essa objeção econômica acresce outra, de ordem política. Um dos pilares

O Brasil no mundo

sobre os quais os Estados Unidos querem manter sua predominância no mundo é sua hegemonia no hemisfério ocidental. O Brasil contemporizou, por necessidade, com essa idéia, sem jamais aceitá-la. A Alca ajudaria, porém, a perpetuá-la e a enrijecê-la.

Rejeitar a Alca não é nos isolar. Para aumentar nossos fluxos de comércio, precisamos assegurar a primazia dos interesses do trabalho e da produção no Brasil e continuar a multiplicar os acordos bilaterais -- apenas pontuais com os Estados Unidos e a União Européia, mais abrangentes com nossos outros parceiros. E encontrar os aliados com quem lutar, dentro e fora da Organização Mundial do Comércio, para mudar as regras do jogo. O problema não está em nosso isolamento. Está em nossa passividade.

Quem quiser fatos que confirmem essas idéias deve olhar em volta na América Latina. Se livre comércio com os Estados Unidos fosse, para um país como o nosso, o caminho do avanço, Porto Rico seria um paraíso. É uma sociedade desmoralizada -- com fome zero e com esperança zero. O México teria encontrado no Nafta a maneira de contrabalançar, por meio do dinamismo econômico, sua dependência avassaladora dos Estados Unidos. Apesar de juros baixos, vegeta na estagnação. E assiste, impotente, à involução tecnológica de suas indústrias montadoras e à fuga do emprego para países de trabalho mais barato.

O Brasil não precisa da Alca. Precisa de projeto.

Faltando à Argentina

Dois movimentos positivos ocorrem na diplomacia brasileira. Um é o esvaziamento parcial do projeto da Alca: o terreno de negociação demarcado pelos Estados Unidos e favorável a seus interesses vem sendo substituído por outros terrenos ou mais específicos ou mais gerais (a OMC) onde aqueles interesses terão maior dificuldade em se impor. O outro é a busca de acordos estratégicos com os demais países continentais em desenvolvimento. Esse segundo movimento, de enorme significado potencial para o Brasil e para o mundo, está ainda em seus primórdios. O primeiro passo é lutarem separadamente os países grandes e

O Brasil no mundo

marginalizados por interesses pontuais: cada um por si. O segundo é atuarem juntos por interesses pontuais compartilhados (como o fim do subsídios agrícolas). E o terceiro é lutarem em conjunto para reformar as regras do jogo econômico e político internacional. Apenas começamos a dar o segundo passo e a descobrir sua insuficiência.

Esses dois movimentos certos acontecem, porém, num vazio de debate a respeito de nossa política exterior, sem a âncora indispensável de projeto interno claro e forte de reconstrução nacional e sob a liderança de um governo que acaba de demonstrar sua covardia e sua confusão.

Dizia o Cardeal Richelieu que os homens se revelam mais por pequenos atos do que por grandes. Nada mais revelador da natureza de nossos governantes do que a omissão conivente do governo brasileiro no enfrentamento da Argentina com o FMI. Excedendo-se na convicção sincera de que os adversários de antigamente sempre tiveram razão e apegado à conveniência ilusória de não intranquilizar seus supostos financiadores, públicos e privados, no Norte, o governo brasileiro violentou nossos interesses nacionais de duas maneiras distintas. Em primeiro lugar, porque convergir e solidarizar-se com a Argentina figuram entre nossos interesses nacionais mais profundos e duradouros, transcendendo preocupações de comércio e de conjuntura. E em segundo lugar, porque, com sua atitude evasiva, negou o governo brasileiro apoio a iniciativa importante para nosso futuro nacional. O Brasil só pode se afirmar e se desenvolver numa ordem global cujas regras econômicas e políticas abram espaço para rumos nacionais divergentes. O enfrentamento do FMI pelo governo Kirchner (enfrentamento agora bem sucedido, a contragosto do governo Lula) marcou capítulo do esforço para construir tal ordem. Desmentiu mais uma vez os que prevêem apocalipse para quem rejeite o formulário dispensado por Washington e Wall Street.

Saiba o povo argentino que o acorramento do governo brasileiro foi visto também no Brasil com indignação e com nojo. Não meça o compromisso dos brasileiros para com os argentinos pelas fraquezas dos homens que transitoriamente ocupam o poder entre nós. A grandeza da Argentina é a grandeza do próprio Brasil. Tudo que a enaltecer, que a libertar dos constrangimentos injustos a que tem sido submetida e que a ajudar a ficar de pé entre as nações enaltecerá nosso país. Que a Argentina releve como aberração o lambe-botas que

O Brasil no mundo

levou o governo brasileiro a faltar para com ela na hora em que menos tinha o direito de fazê-lo. E que os brasileiros se preparem para se livrar, pelo voto, dos que são mundanos demais para mudar o mundo.

Virada no mundo?

O colapso dos entendimentos em Cancún sobre comércio internacional suscitou reações opostas. Para alguns representaria vitória no enfrentamento dos interesses que vem dominando a construção da ordem global. Para outros seria essa uma vitória de Pirro: os países ricos se voltariam de vez para as negociações bilaterais, onde seu poder de barganha continuaria a ser avassalador.

Ambas as interpretações são equivocadas. O significado do que aconteceu em Cancún será determinado pelo ocorrer em seguida. Poucas iniciativas no mundo contêm potencial transformador maior do que a reunião dos países continentais em desenvolvimento. Se não se fortalecerem, porém, as aproximações estratégicas ali esboçadas, se não se aprofundar o conteúdo das reivindicações e se essas reivindicações não encontrarem energia e norte em modelos alternativos de desenvolvimento, o que pareceu avanço acabará em retrocesso. Os interesses predominantes no mundo, atuando sob a sombra dos Estados Unidos, continuarão a deitar e rolar. O que nos impede de evitar esse desfecho?

Em primeiro lugar, falta projeto. O foco em temas pontuais, como o combate contra os subsídios agrícolas, é ao mesmo tempo inevitável e insuficiente: teses como essa não bastam nem para unir os potenciais aliados (dividem-nos também) nem para mudar a ordem mundial. Três princípios devem orientar a reconstrução dessa ordem. Primeiro, rejeitar, como objetivo do sistema econômico internacional, a maximização do livre comércio. E substituí-la pela busca de regras que permitam reconciliar trajetórias divergentes de desenvolvimento nacional sem levá-las ao isolamento recíproco. Segundo, evitar que o compromisso com uma economia global aberta funcione como licença para impor determinado tipo de organização econômica e para proibir as parcerias entre governos e produtores que permitiram aos atuais países ricos enriquecer. Terceiro, fazer com que trabalho e capital

O Brasil no mundo

ganhem juntos, em pequenos passos, o direito de atravessar fronteiras nacionais em vez de dar alforria ao capital mas aprisionar o trabalho dentro do Estado-nação. Projeto maracado por essas três diretrizes só pode prosperar se executado paralelamente a entendimentos entre os grandes países periféricos, a União Européia e os internacionalistas dentro dos Estados Unidos para conter e transformar a hegemonia americana.

Em segundo lugar, falta base. Proposta global dessa natureza tem de apoiar-se em projetos nacionais fortes e claros. O regime global só mudará de fato quando alguns países grandes, ricos ou pobres, quiserem transformar-se numa direção que bater contra limites que ele impõe. Se ousadia externa não tiver essa origem, corre o risco de servir de compensação, como serve no Brasil hoje, para imobilismo interno.

Em terceiro lugar, falta agente. Agentes seriam as forças políticas e as pessoas que procurassem estreitar os vínculos entre os esforços para transformar sociedades específicas e as tentativas de reorientar a globalização. Quem sabe trabalhar essa relação entre mudança dentro e mudança fora não pode trabalhá-la. E quem pode não sabe -- ou não quer.

Nenhum país hoje conta com maior margem de manobra do que o Brasil para suprir essas três faltas. O que mais nos prejudica é uma quarta falta, de algo impalpável e insubstituível: uma antevisão de nossa própria grandeza.

O futuro da política exterior

Três forças moldam a política exterior brasileira. A primeira é a tentativa de abrir mercados para nossos produtos, impulsionada pela fragilidade de nossas contas externas. A segunda é o desejo, indefinido nos objetivos e frustrado na realização, de projetar o Brasil no mundo. A terceira é a mentalidade dos diplomatas brasileiros. Desiludidos e céticos, procuram manobrar as duas outras forças -- negociação comercial e afirmação nacional -- para que cada uma dê brilho à outra.

O Brasil no mundo

Logo mais veremos novos exemplos das virtudes e dos defeitos dessa maneira de atuar. A reação contra a Alca será usada para obter termos pouco mais vantajosos dentro de negociação de âmbito menor. As homenagens ao Mercosul e à união sul-americana acabarão em esforço para impedir ou para adiar rendição incondicional de nossos vizinhos aos Estados Unidos. E a dedicação a alianças Sul=Sul, fragilizada por divergências entre os aliados sobre pontos capitais como o dos subsídios agrícolas, terá como resíduo apressar a ampliação dos debates na OMC. Muito barulho político será trocado por pouca vantagem comercial. Devemos nos dar por satisfeitos?

Alternativa mais ambiciosa depende de duas condições: projeto interno forte e política externa que não se reduza à justaposição de mercantilismo pontual com nacionalismo vago.

Não há política exterior que supra a falta de modelo consistente de desenvolvimento. Pode abrir espaço. Não pode preenchê-lo. Perigoso é usar política exterior como compensação retórica para a prostração colonial de uma política econômica que não se quer abandonar.

A uma estratégia nacional de desenvolvimento se há de somar uma concepção de política externa que não se cinja a negociações comerciais. O ponto em que nossos interesses se encontram hoje com as preocupações da humanidade é a construção de ordem mundial mais aberta a pluralismo de poder e de visão. Daí a necessidade de fundar alianças com os outros países continentais em desenvolvimento sobre a base de projeto de reconstrução da ordem econômica internacional: substituir a maximização do livre comércio pela reconciliação entre trajetórias nacionais de desenvolvimento como objetivo do regime de comércio; defender as práticas de coordenação estratégica entre poder público e iniciativa privada que continuam indispensáveis ao avanço econômico; substituir o sistema pelo qual o capital ganha foros para correr mundo enquanto o trabalho fica incarcerated dentro do Estado-nação; impedir que organizações multilaterais como o FMI sirvam para impor dogmas contestados e interesses estreitos. Daí também a importância de trabalhar com as potências médias e com os internacionalistas dentro do Estados Unidos para conter a hegemonia americana, co-garantindo os interesses vitais de segurança dos Estados Unidos mas impondo àquele país preço crescente pela interpretação unilateral daqueles interesses.

O Brasil no mundo

Dos países em desenvolvimento grandes, o Brasil é hoje o que goza de maior margem de manobra. Não saberá aproveitá-la se não casar uma idéia de seu próprio futuro com a antevisão de um mundo transformado.

Diplomacia como compensação

O presidente Lula cortejou o déspota paranóide Kadafi, anatematizado (até a semana passada) pelo governo dos Estados Unidos. Em seguida parabenizou o presidente Bush pela captura de Saddam Hussein. Fez cara feia para os americanos. Depois se ajoelhou para rezar. Esse pequeno episódio diz muito sobre nossa política exterior: simulacro da política externa séria que nos falta.

Quatro elementos são indispensáveis a essa política séria. Em primeiro lugar, trabalhar discretamente com a União Européia, com a corrente internacionalista dentro dos Estados Unidos e com os grandes países em desenvolvimento -- sobretudo os mais democráticos -- para impedir que a predominância americana estreite o espaço das alternativas de civilização e de desenvolvimento. Universalização da democracia e dos direitos humanos, sim. Universalização da fórmula institucional e ideológica americana, não. Em segundo lugar, engajar algumas dessas mesmas forças na luta para refazer o regime do comércio internacional. Mudar esse regime em direção que tenha como eixo a coexistência de trajetórias alternativas de desenvolvimento democratizante, não a maximização do livre comércio, e que promova o que seria hoje a maior influência igualizadora global: avanço no direito da força de trabalho de atravessar fronteiras. Nada de organizar tudo em torno de interesses pontuais, como o combate contra o protecionismo agrícola, que separa brasileiros de indianos assim como separa americanos de europeus. Em terceiro lugar, quanto à América do sul -- região hoje destroçada -- cultivar expectativas modestas e paciência heróica. Nenhum grande projeto sul-americano ganhará corpo até termos no Brasil governo que dê a nossos vizinhos exemplo de como assegurar a primazia dos interesses do trabalho e da produção e de como se inserir no mundo sem se render às forças que o dominam. Em quarto lugar, usar a diplomacia para afirmarmos, sem cinismo ou constrangimento, nossos valores e para nos revelarmos a nós mesmos.

O Brasil no mundo

Em vez disso temos política exterior feita de nacionalismo ocioso e de mercantilismo anão.

Exemplo de nacionalismo ocioso é reivindicar assento permanente no Conselho de Segurança. Para carimbar o que os americanos querem ou para brigar com eles? A custo de ofender os outros países maiores da América latina? E com que objetivo a não ser aliviar sentimento de impotência?

Exemplo de mercantilismo anão é o que se faz com a Alca. Optaram por encolhê-la para viabilizá-la. Significa que a Alca acabará por aplicar-se a nós como acerto tarifário que beneficiará o agronegócio e prejudicará a indústria. Fixará o Brasil em nicho retrógrado. A alternativa teria sido postergar a Alca com a exigência de engrandecê-la. Quer dizer: a aproximação que nos interessa é a do modelo europeu, com fundos de redistribuição entre os países e livre trânsito da força de trabalho. Alca adiada por muito tempo até se tornar factível na única forma que nos convém.

O objetivo da política exterior não deve ser compensar rendições internas e disfarçar rendições externas. Diplomacia não é para fazer média, fazendo barulho. É para fazer diferença, abrindo espaços. Uma política exterior que joga com os ressentimentos de muitos e com os interesses de poucos, como essa que temos agora, pode ser popular por algum tempo. Merece, porém, ser repudiada pelo país. Mais cedo do que se pensa será.

Blefe nuclear

Proponho cinco teses.

A primeira tese é que a diplomacia brasileira interpreta mal a motivação dos Estados Unidos. Não há interesse em espionar nossa tecnologia nuclear, aliás nada revolucionária. A preocupação é com poder e segurança: impor restrições cada vez mais severas às potências médias capazes de desenvolver armamento nuclear. No Brasil tratamos política exterior como ramo do comércio. Atribuímos a mesma visão mercantil aos outros.

A segunda tese é que a posição brasileira, de aderir ao Tratado de Não-

O Brasil no mundo

Proliferação, porém de resistir a inspeções adicionais, é inconsistente e insustentável. Quem participa de boa fé do regime do Tratado não tem por que opor-se a medidas complementares de vigilância, sobretudo se forem falsos os temores de divulgação de segredos industriais. A pressão aumentará. O governo brasileiro escolheu o pior terreno para o embate. Logo mais, tentará camuflar aceitação como negociação.

A terceira tese, decisiva entre as cinco, é que o Brasil errou quando aderiu ao Tratado de Não-Proliferação. Deve denunciar o Tratado, tomando as iniciativas necessárias para eximir-se de sua vigência. Não deve, ao fazê-lo, iniciar a fabricação de armamentos nucleares; a decisão de produzi-los há de depender da evolução do quadro mundial e de acordos com nossos vizinhos sul-americanos. O Brasil deve simplesmente recusar-se, pelos trâmites previstos, a manter sua adesão ao Tratado. Essa tese baseia-se em duas ordens de considerações. Sob o ponto de vista dos interesses brasileiros, não há vantagem em atarmos as mãos. Se a Rússia, com população e produto menores do que os nossos, pesa muito mais do que pesamos, não é apenas por haver vencido a última grande guerra e por contar com povo mais instruído; é também por ser potência nuclear. Sob o ponto de vista dos interesses da humanidade, não é verdade que mundo em que os Estados Unidos estão armados até os dentes enquanto o Brasil continua desarmado nuclearmente -- e proibido de armar-se -- seja mais seguro e pacífico de que mundo em que o Brasil possuía tais armamentos ou tenha direito a possuí-los. Se há qualidade que, entre tantos defeitos, nós e nossos governos temos tido, é o da não beligerância. Já dos Estados Unidos disse um de seus maiores historiadores que sua política exterior é assegurar a paz perpétua por meio da guerra perpétua. Convém inibir o poder hegemônico até que se consiga o desarmamento nuclear de todos. Não se inibem os fortes com promessas de fraqueza.

A quarta tese é que não há possibilidade de que nosso atual governo se retire do Tratado. Faltam-lhe todas as três condições: a construção de entendimentos políticos com outras potências médias, o cultivo de apoios dentro dos Estados Unidos e, sobretudo, projeto interno forte de desenvolvimento que nos liberte de tutelas e dependências. Mais razão para pôr fim a esse governo em 2006.

A quinta tese é que a exigência americana expõe o blefe do governo brasileiro. No Brasil agora, como de costume na América Latina, compensam-se

O Brasil no mundo

rendições reais na política econômica com resistências simbólicas na política exterior. A hora do blefe acabou. Estamos ou não estamos determinados a abrir caminho no mundo e a lutar por mundo que admita muitos caminhos?

Aventura subimperial

Lavro protesto contra uma insensatez que ameaça virar uma tragédia: nossa intervenção no Haiti. Um governo que posa de independente enviou ao Haiti força expedicionária como gesto de submissão. A título de resguardar a paz, sob a orientação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, essa força opera como guarda pretoriana para defender regime de facínoras, odiado no Haiti e instalado sob os auspícios do governo dos Estados Unidos, depois da derrubada do Presidente constitucional eleito. Quase solitária, sem os reforços prometidos por outros países e enfrentando situação que afunda em anarquia e violência, a tropa brasileira arrisca a vida por uma causa que desonra o Brasil e desrespeita as Forças Armadas.

A razão básica pela qual o governo brasileiro cometeu esse erro foi o desejo de fazer média com os americanos. Na sequela da encalacrada do Iraque e na expectativa das eleições nos Estados Unidos, o governo americano, já escaldado no Haiti, não se dispunha a expor-se outra vez. Encontrou no governo brasileiro quem faria por ele. Quatro condições facilitam a aceitação, por nosso governo, do papel que se lhe atribuiu.

A primeira condição é a lógica secreta de nossa política exterior atual: lógica de compensações e de imposturas. As homenagens espalhafatosas a Fidel Castro e Hugo Chavez e as reclamações inócuas contra as injustiças da ordem global são compensadas por bajulações sorradeiras e rendições discretas ao poder que conta.

A segunda condição é a obsessão em conquistar assento permanente no Conselho de Segurança. Para quê? Para brigar com os Estados Unidos? Ou para fazer-lhes a vontade?

A terceira condição é o que está por trás da segunda: uma idéia de projeção nacional que é conveniente porque é vazia. Formados e bem sucedidos sob a ditadura, muitos dos que hoje figuram no primeiro escalão de nossa diplomacia

O Brasil no mundo

aderiram a uma idéia de projeto externo que, em vez de servir a projeto interno forte, serve para ocultar a falta dele. Projeto externo sem projeto interno descamba em combinação de mercantilismo pontual com jogo de prestígio. Não presta numa democracia. Não convém ao Brasil.

A quarta condição é o maquiavelismo minúsculo e míope que prolifera quando a política exterior não faz parte da discussão nacional. Imaginando obter muito por pouco, confiantes que não se identificariam no Brasil os interesses a que tramavam servir no Haiti, e sabedores de que entre os que iriam a Porto Príncipe não estariam seus próprios filhos, julgaram irresistível o golpe de esperteza.

Como observou, porém, o Cardeal Richelieu, os mais espertos costumam ser logrados em primeiro lugar. O castigo já começou. Que em vez de recair sobre nossos soldados, recaia sobre os homens que empenharam as vidas de outros e a honra do Brasil numa aventura subimperial. Que a força brasileira deixe já o Haiti. Que o Presidente da República e seus auxiliares sejam responsabilizados, agora e no futuro, por esse ataque desferido contra nossas tradições diplomáticas e militares, nossos interesses duradouros e nossa personalidade nacional. E que instauremos debate sobre as diretrizes que devem pautar a política exterior brasileira até chegar o dia -- oxalá próximo -- em que o Brasil terá estratégia e projeto.

Nosso dever para com a Bolívia

A reação da parte endinheirada e cosmopolita da sociedade brasileira contra a nacionalização das instalações de petróleo e de gás na Bolívia revela a miopia, a mesquinha e o mercantilismo que pervetem a discussão da política exterior no Brasil. O interesse vem travestido do direito, o privado confundido com o público e as vantagens de curto prazo sobrepostas aos objetivos de longo prazo. Tratam-se as relações entre dois países vizinhos -- um grande e outro pequeno -- a respeito de assunto de peso para ambos, porém muito mais vital para o pequeno do que para o grande, como ocasião só para garantir, ainda que por revide e coação, nossa parte.

Primeiro, os fatos essenciais. A Bolívia sob governos anteriores, repudiados pelo povo boliviano como entreguistas, contratou para vender ao Brasil gás por

O Brasil no mundo

menos da metade do preço pelo qual ele comumente se vende no mundo. Sucessivos governos brasileiros preferiram continuar dependendo do gás boliviano a desenvolver a base energética brasileira. Em troca, a Bolívia ganhou gasoduto e comprador fiel. E a Petrobrás, sem cuidar de contrapeso ou seguro contra o risco político, tornou-se um dos maiores investidores naquele país. A luta para controlar recursos naturais extraídos de minas e de poços foi sempre o fio da história da Bolívia e o foco da afirmação nacional dos bolivianos.

O que fazer diante da nacionalização e da revisão forçada dos contratos de fornecimento? À Petrobrás, como empresa privada, cabe reivindicar seus direitos por todos os meios legítimos. Seus diretores estão obrigados a fazê-lo. Ao governo brasileiro cabe negociar com o governo boliviano com a magnanimidade dos fortes e dos clarividentes, demonstrando espírito de sacrifício e de solidariedade. E usar o imperativo de assegurar nossa independência energética como mais uma razão para pôr fim à política antidesenvolvimentista que se pratica entre nós.

Dizem que isso é romantismo idealista. Engano. A política exterior é ramo da política, não ramo do comércio. Na política exterior das democracias, realismo e idealismo se comunicam e se reforçam. E nenhum país ascende no mundo, ou sequer enriquece, subordinando interesses estratégicos duradouros a interesses comerciais passageiros. Não tem o Brasil interesse mais importante do que acalantar a integração sul-americana, afastando, para preservá-lo, a sombra de qualquer subimperialismo brasileiro. É assim, só assim, que construiremos o palco vasto e variado indispensável a política alternativa de desenvolvimento, que acumularemos força para negociar com o resto do mundo, que criaremos condições para resistir à imposição da hegemonia dos Estados Unidos na América do Sul e que ganharmos ânimo para ficar de pé.

Não cedo a ninguém no vigor de minha oposição ao rumo tomado pelo governo Lula, inclusive na política exterior. Denuncio, porém, o clamor por reação forte contra a Bolívia. Denuncio-o como movimento que desonra o Brasil e que ataca, ao mesmo tempo, nossos interesses permanentes e nossos ideais básicos. Denuncio-o como infidelidade às tradições e ao futuro de nosso país. Que os ventos soprando sobre as selvas e os cerrados brasileiros tragam ao povo triste e forte do altiplano, desfalcado de tudo menos de dignidade, a verdadeira voz do Brasil: irmãos, sua libertação é nosso engradecimento.

O Brasil no mundo

O México apela ao Brasil

Diz a imprensa de todo o mundo que na eleição mexicana a direita triunfou por pouco sobre a esquerda. Essa simplificação obscurece o que aconteceu e o que pode vir a acontecer.

López Obrador demonstrou compromisso com os pobres e capacidade para levantá-los contra a oligarquia empresarial e política. Rasgado o véu de seu discurso radicalizante, porém, não se encontra indício de rumo a não ser o de um rumo insuficiente: usar os poderes e os recursos do Estado para aumentar as transferências compensatórias de renda para os miseráveis sem domar, de fato, os grandes interesses organizados que controlam o país. Ele não tem caminho para o México. E não sabe que não tem.

Nisso, Felipe Calderón, o ganhador por resultado ainda não confirmado em última instância, goza de vantagem que pode ser decisiva. Destituído do narcisismo que costuma confundir e corromper os políticos e inconformado com a mediocridade e a injustiça em que continua a chafurdar o México, ele sabe que é preciso desbravar caminho capaz de ancorar o soerguimento do país na democratização de oportunidades econômicas e educativas. Ele terá ganho porque no México, como no Brasil, o ideal predominante nas massas não é proletário; é pequeno burguês. O que a maioria reivindica são meios para fecundar o impulso de iniciativa própria. Assistencialismo é melhor do que nada, mas não é tão bom quanto instrumentos para levantar-se por si mesmo.

No México, como no Brasil, esse impulso de auto-ajuda está bloqueado pelo poder dos oligopólios e dos corporativismos: um poder que, no México, abrange desde os magnatas da televisão e da telefonia até os grandes sindicatos formados sob o regime anterior. Usar os poderes e os recursos do Estado para derrubar a ditadura dessas forças organizadas em favor das maiorias desorganizadas de trabalhadores e da classe média -- essa é a tarefa. Para executá-la, o novo presidente precisará voltar-se contra alguns dos interesses que o apoiaram, desenvolver, com vínculos latino-americanos, contrapesos ao poder que os Estados Unidos exercem sobre o país e ousar na maneira de qualificar o ensino público, de impor o capitalismo aos capitalistas e de fazer do Estado o aliado dos que não

O Brasil no mundo

contam com herança ou padrinho.

O engradecimento do povo mexicano será nosso próprio engradecimento. Apelo a meus concidãos, de governo e de oposição, para irmos ao encontro dos mexicanos e para fazermos de sua causa a nossa.

Projeto externo já

A sucessão presidencial aviva o debate a respeito da política exterior. Acusa-se o governo de substituir a defesa de nossos interesses comerciais por ideologia. Infelizmente, o problema de nossa política exterior é muito mais grave. E não é de agora. Com variações e exceções, seguimos, desde a Segunda Guerra Mundial, duas orientações. Juntas, não compõem uma política exterior; mascaram a ausência dela.

De um lado, empunhamos reivindicações comerciais específicas, como a campanha contra o protecionismo agrícola. Comentou-me nesses dias o chanceler de outro país que o Brasil não tem política exterior; tem apenas política comercial. É a pura verdade e o oposto da crítica que se faz entre nós. Nossa política comercial é ineficaz, justamente por ser apenas comercial. As reivindicações pontuais dividem os países segundo seus interesses pontuais. Não possibilitam convergências amplas e inovadoras. Não abrem caminhos. Não apontam para maneira de reorientar a globalização.

Por exemplo, os países -- sejam ricos, como a França, ou pobres, como a Índia -- que se construíram por meio de aliança entre o Estado e o pequeno proprietário rural não sacrificarão sua personalidade histórica no altar dos dogmas do livre comércio. E a nós, se pensássemos com mais clareza, não interessaria trocar liberdade total para nossas exportações agrárias por vulnerabilidade total de nossa produção industrial. O que interessa, sim, é consolidar regime de comércio mundial que não impeça governos de se aliarem com produtores (como fizeram todos os países que são ricos hoje), e que não trate os instrumentos de tais alianças como subsídios proibidos. Regime que construa a abertura econômica sobre a base da diversidade de trajetórias de desenvolvimento, não da convergência forçada para um único modelo de economia. Para influir, porém, no futuro da globalização,

O Brasil no mundo

em vez de nos rendermos a destino supostamente inexorável, seria preciso possuímos o projeto externo e interno fortes que nos faltam -- ambos -- hoje.

De outro lado, assistimos, há meio século, como contrapartida do mercantilismo míope, ao palavrório de um terceiro-mundismo pirracento e vazio e às encenações de uma união sul-americana frustrada. União que não se consuma por falta de estratégia consequente e compartilhada de desenvolvimento e das instituições comuns que lhe dêem voz. É a política exterior como compensação retórica para a carência de uma idéia, para valer, de nosso rumo nacional.

É hora de acabar com os dois lados desse equívoco. É hora de ter projeto -- para fora e para dentro.

Outra globalização

A ascensão do Brasil, como a de qualquer grande nação portadora de mensagem para a humanidade, deve vir acompanhada de uma idéia de como se deve organizar o mundo. Não nos obriguemos a escolher entre aceitar e combater aquilo que se convencionou chamar globalização. Precisamos de uma globalização diferente.

Tradicionalmente, nossa diplomacia se deixa vidrar em reivindicações específicas, como a superação do protecionismo agrícola. Livremo-nos desse pragmatismo anti-pragmático: os interesses dividem e afastam quando não defendidos no bojo de uma visão abrangente e magnânima.

Quatro teses definem a parte dessa outra globalização que tem a ver com a economia mundial.

A primeira tese é que o princípio a nortear as relações econômicas entre os países não deve ser a maximização do livre comércio. Deve ser a reconciliação de estratégias diferentes de desenvolvimento dentro de uma economia mundial que se vai abrindo progressivamente.

A segunda tese é não permitir que a abertura econômica sirva de pretexto para impor determinada espécie da economia de mercado. Por exemplo, o que se insiste em proibir como subsídio pode ser parte de esforço para criar novos tipos de

O Brasil no mundo

mercados, acessíveis a mais gente. A história mostra: sempre que se quer tornar a economia de mercado mais incluyente socialmente é preciso inovar nas instituições econômicas. Que as regras do comércio internacional não atrapalhem.

A terceira tese é rejeitar uma globalização que assegure plena liberdade de movimento para as coisas e para o dinheiro e pouca liberdade de movimento para as pessoas e para as idéias. Esta liberdade há de avançar, em passos seguidos, junto com aquela.

A quarta tese é construir a economia mundial sobre a base do trabalho livre, não de um assalariado que pouco difira da escravidão. A aceitação por países em desenvolvimento de padrões de valorização do trabalhador e de seus direitos deve ter duas contrapartidas: o maior acesso aos mercados dos países ricos e a revisão de um regime de propriedade intelectual que restringe o potencial produtivo das inovações tecnológicas e científicas.

Com suas vastas dimensões, suas democracias vibrantes, embora falhas, e seus anseios de libertação social, o Brasil e a Índia são hoje os países em melhores condições para tomar a vanguarda dessa luta. Projeto interno forte e projeto externo forte precisam um do outro. E ambos precisam de menos mediocridade e de mais imaginação.

Para onde vai a política exterior?

Finalmente, debate-se política exterior no Brasil. Sinal de avanço: a política externa de uma democracia é assunto de toda a Nação. A discussão, porém, ameaça tomar rumo prejudicial a nossos interesses duradouros.

Transmite-se, de muitas maneiras diferentes, a mesma mensagem: o eixo Sul-Sul, que a atual política brasileira se dedica a construir, sacrificaria as relações com os países ricos, a começar pelos Estados Unidos, onde se concentrariam nossos interesses atuais e futuros. Deixemos em segundo plano, exigem os críticos, a mania da construção sul-americana e a tese da aproximação com os outros países continentais em desenvolvimento para dar primazia novamente às relações com os

O Brasil no mundo

poderosos e os endinheirados.

A crítica revela a confusão, tradicional no Brasil, entre comercialismo estreito e realismo político no trato da política exterior. País que tenha ou que queira ter envergadura não se deixa cair em tal confusão.

Realismo político é entender que só ganhamos força nas negociações comerciais de agora se atuarmos como eixo de duas forças maiores: uma sul-americana, outra criada, por etapas, em iniciativas compartilhadas com alguns dos maiores países em desenvolvimento. Realismo político é reconhecer que só assim pode o Brasil, o único dos países grandes em desenvolvimento que aceitou privar-se de armamento nuclear, credenciar-se a ser levado a sério pelos Estados Unidos. Realismo político é vislumbrar, mais adiante, dois grandes interesses da nação. Para atendê-los, a política exterior brasileira teria de transformar-se, até radicalmente. Transformar-se, porém em direção oposta ao rumo pretendido por seus antagonistas.

O primeiro interesse é o de trabalhar com muitos governos e com muitas correntes de opinião mundo afora para mudar o sentido da globalização. Buscar globalização que maximize a reconciliação de trajetórias divergentes de desenvolvimento, dentro de uma economia mundial que se abra progressivamente, em vez de maximizar o livre comércio seletivo e hipócrita de hoje (livre para o movimento das coisas, não das pessoas.)

O segundo interesse é o de atuar com outros para ajudar a construir conjunto de contrapesos à hegemonia dos Estados Unidos. Conjunto que viabilize, pacificamente, a transição ao pluralismo ordenado de poder que a humanidade acabará obtendo por meio da guerra se não a puder alcançar dentro da paz.

Para isso, porém, teria o Brasil de pensar grande.

O Brasil no mundo